



O DIREITO AO ALCANCE DE TODOS

Ana Carla Alves da Silva¹, Arthur Dias Almeida², Maria Eduarda Lins da Silva³, Herbert Ryan Rodrigues dos Santos⁴,
Ruan Carneiro de Abreu⁵, Maria Gabrielly Estrela Guedes de Oliveira⁶, Evely Ferreira Moraes Souza⁷, Josenhelton
Santos da Silva⁸, Paulo Cesar dos Santos Silva Filho⁹, Livia Maria Alves Macedo¹⁰, Iarley Pereira de Sousa¹¹, Giliard
Cruz Targino¹²
giliard.cruz@professor.ufcg.edu.br e iarley.pereira@ufcg.edu.br

Resumo: O presente Projeto tem como objetivo fortalecer a integração entre a universidade e a comunidade, promovendo a divulgação do conhecimento jurídico por meio de programas de televisão na cidade de Cajazeiras-PB, além de ações no Núcleo de Prática Jurídica do CCJS e nas mídias sociais. A iniciativa busca oferecer aos cidadãos da região subsídios orientações claras e acessíveis sobre seus direitos e deveres, tanto constitucionais quanto legais, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada e consciente de suas responsabilidades e garantias.

Palavras-chaves: *Direitos Humanos, Acessibilidade, Integração.*

1. Introdução

O Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos” foi concebido com o propósito de disseminar à sociedade informações acerca dos direitos inerentes a cada indivíduo, das formas de assegurá-los e das possibilidades de resolução de conflitos de maneira adequada e regular.

Para tanto, os alunos extensionistas reuniam-se semanalmente com o intuito de selecionar e estudar temas jurídicos de elevada relevância para a população de Sousa e dos municípios circunvizinhos. Realizavam pesquisas em obras doutrinárias, sítios eletrônicos e consultas a docentes, com o objetivo de aprofundar cada temática abordada, assegurando uma transmissão eficiente e qualificada de conhecimentos por meio de programas de televisão, páginas em redes sociais e atendimentos prestados no Núcleo de Prática Jurídica do CCJS.

Cumprir destacar que, para determinados temas de maior complexidade, foram ministradas aulas complementares aos extensionistas, visando proporcionar uma compreensão mais sólida e, consequentemente, uma abordagem mais precisa e abrangente durante as atividades de divulgação.

O objetivo primordial do projeto consiste em ampliar o conhecimento sobre os Direitos Humanos em sua integralidade, orientando os cidadãos quanto aos órgãos competentes para a resolução de seus conflitos, aos documentos necessários e às possibilidades de utilização de meios extrajudiciais em situações específicas.

Busca-se, dessa forma, conscientizar a população, em especial aquela em situação de vulnerabilidade social, sobre o exercício pleno da cidadania, facilitando o acesso à justiça e promovendo a inclusão social por meio da educação jurídica.

2. Metodologia

Para alcançar os objetivos do Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos”, foi implementada uma metodologia organizada em quatro etapas, conforme detalhado a seguir:

1ª Etapa – Estabelecimento de Metas:

Nesta fase inicial, o trabalho concentrou-se na definição das metas e na capacitação teórica dos extensionistas. Foi um momento dedicado à pesquisa, reflexão e debates sobre os temas jurídicos que seriam tratados. Os participantes mergulharam no estudo dos Direitos Humanos, com ênfase nos direitos previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais. Essa preparação ocorreu por meio de aulas, estudos individuais e em grupo, assegurando uma base teórica robusta para as etapas subsequentes.

2ª Etapa – Sistematização e Discussão dos Temas:

Nesta etapa, foram definidas pautas detalhadas com base nos temas previamente estudados. Cada extensionista pôde apresentar suas perspectivas, compartilhar os resultados de suas pesquisas, identificar pontos que exigiam maior aprofundamento e planejar a melhor maneira de transmitir essas informações ao público. Essa fase foi crucial para organizar a abordagem dos temas de forma clara e didática.

3ª Etapa – Divulgação dos Temas na TV Diário do Sertão:

A terceira etapa envolveu a disseminação dos temas jurídicos por meio de programas de rádio, seguindo a seguinte estrutura:

Apresentação Inicial: Introdução do projeto, dos extensionistas e do tema a ser discutido. Um breve debate foi realizado para avaliar o conhecimento prévio do público sobre o assunto.

Explicação do Tema: Os extensionistas apresentaram o conteúdo pesquisado, dividindo-o em tópicos para facilitar a compreensão. A linguagem foi adaptada para garantir clareza e acessibilidade.

^{1,2,3,4,5,7,8,9,10} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

¹¹ Orientador/a, <Cargo>, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

¹² Coordenador/a, <Cargo>, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

Encerramento e Interação: Ao final do programa, foi feita uma síntese do tema abordado, e os ouvintes puderam enviar dúvidas e sugestões.

Retomada e Novo Tema: No programa seguinte, as principais dúvidas dos ouvintes foram esclarecidas, encerrando o tema anterior e introduzindo um novo assunto.

4ª Etapa – Atendimento no Núcleo de Prática Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais:

A última etapa consistiu na realização de plantões no Núcleo de Prática Jurídica, com o objetivo de prestar assistência à população carente de orientação sobre seus direitos. Durante esses atendimentos, os extensionistas esclareceram dúvidas e auxiliaram na resolução de conflitos. Além disso, os integrantes do projeto e do NPJ acompanharam processos e elaboraram peças jurídicas até a efetiva garantia dos direitos envolvidos.

Essa metodologia permitiu não apenas atingir os objetivos propostos, mas também promover o acesso à justiça e conscientizar a população sobre seus direitos, reforçando a importância da cidadania e da educação jurídica.

3. Ilustrações



Figura 1 – Primeiro encontro dos extensionistas e orientadores, com uma visita institucional aos estúdios da TV Diário do Sertão.



Figura 2 – Primeiro programa apresentado em 2024, com o entrevistado Dr. Wescley Dutra.



Figura 3 – Direito Empresarial, com o entrevistado Me. Kyev Moura.



Figura 4 – Programa que abordou o Direito do Trabalho.



Figura 5 – Assistência à saúde na Paraíba, com o entrevistado Gil Trazinasso.



Figura 6 – Direito do Consumidor, com o entrevistado e coordenador do projeto, Me. Giliard Targino.



Figura 7 – Direitos das mães atípicas, em parceria com o Projeto de Extensão “Clínica de Direitos Humanos”, com a entrevistada Dra. Carolina Menezes.



Figura 7 – Direito Civil, com a advogada Bárbara Lins.

4. Resultados e Discussões

Destaque-se, inicialmente, que o projeto foi conduzido com uma linguagem acessível, sem, contudo, abdicar do necessário rigor jurídico. Suas atividades foram desenvolvidas por meio de programas televisivos semanais, os quais abordaram uma variedade de temas jurídicos, com ênfase naqueles de relevância cotidiana para a população. Frequentemente, tais assuntos são pouco conhecidos ou compreendidos de maneira superficial, o que acarreta a não efetivação plena dos direitos por parte dos cidadãos.

Com o intuito de ampliar a interação com o público, foi facultado aos telespectadores o envio de dúvidas relativas aos temas discutidos nos programas da TV Diário do Sertão, bem como a sugestão de temas jurídicos de seu interesse. Essa interação foi viabilizada por meio de diversos canais de comunicação, tais como o canal do YouTube da TV Diário, as redes sociais do projeto e entrevistas realizadas em locais públicos de Sousa. Essa estratégia permitiu estabelecer um diálogo mais próximo e efetivo com a comunidade.

Ademais, para assegurar a execução adequada do projeto, realizavam-se reuniões mensais entre os alunos extensionistas e os professores orientadores. Nessas ocasiões, eram avaliadas as atividades já implementadas e planejadas as ações futuras. Durante os encontros, também eram selecionados temas pertinentes para serem abordados nos programas, palestras ou solucionados, sempre em consonância com os objetivos propostos. Paralelamente, os alunos organizavam reuniões semanais, por meio de plataformas digitais, para trocar experiências e elaborar as pautas dos programas de rádio.

Embora seja possível avaliar qualitativamente os resultados do projeto, sua quantificação apresenta-se como um desafio, uma vez que a maior parte de suas ações foi veiculada por meio de programas televisivos e publicações em redes sociais. Todavia, o impacto positivo é incontestável, especialmente no que tange à conscientização e ao acesso à informação jurídica por parte da população.

No que concerne aos atendimentos realizados no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), é imperioso destacar a experiência enriquecedora vivenciada pelos extensionistas. Acompanhados pelos orientadores, prestaram assistência ao público, auxiliando aqueles que buscaram o NPJ para dirimir conflitos ou sanar dúvidas sobre questões jurídicas. Essa prática não apenas contribuiu para o fortalecimento da comunidade, mas também permitiu que os alunos vivenciassem a prática da advocacia, adquirindo conhecimentos e habilidades fundamentais para sua formação profissional.

Diante do exposto, é indubitável que o projeto exerce um impacto positivo na sociedade sousense e nos municípios circunvizinhos, promovendo o acesso gratuito a informações sobre direitos e deveres, fomentando a cidadania e a educação jurídica na região.

5. Conclusões

Diante do exposto, constata-se que o Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos” contribuiu de forma significativa para a formação acadêmica e cidadã de seus extensionistas. Além disso, transformou a emissora da TV Diário do Sertão em um espaço propício para a produção, transmissão e disseminação de informações sobre os direitos do cidadão.

Mais uma vez, evidenciou-se a relevância do projeto como instrumento formador da consciência cidadã da população de Sousa e região, o que se comprova pelo cumprimento das metas e objetivos estabelecidos na proposta inicial. Isso incluiu a capacitação dos extensionistas e dos professores, a apresentação de programas de televisão pelos alunos integrantes do projeto e a realização de plantões no Núcleo de Práticas Jurídicas.

Dessa forma, destaca-se a importância do Projeto de Extensão “O Direito ao Alcance de Todos”, reafirmando que, por meio de suas ações, o CCJS e a UFCG promovem e multiplicam conhecimentos jurídicos.

Essa iniciativa auxilia a instituição a cumprir sua função social, demonstrando, assim, a necessidade de dar continuidade ao projeto.

Trata-se, portanto, de um mecanismo essencial para a difusão de temas relacionados aos direitos humanos, beneficiando diretamente a comunidade e fortalecendo o acesso à informação e à justiça.

6. Referências

[1] XVII ENEX Extensão Universitária, Arte e Cultura: desafios e caminhos possíveis para indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O Direito ao Alcance de Todos. Campina Grande, PB: Extensão, 2023. Anual. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/2469>. Acesso em: 24 de fev de 2025.

Agradecimentos

À TV Diário do Sertão e ao Núcleo de Prática Jurídica do CCJS pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2023 PROBEX/UFCG.